



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O Deputado que este subscreve, com amparo no § 2º do art. 41 da Constituição do Estado, c/c o art. 197 do Regimento Interno deste Poder, **requer**, após deliberação do Plenário, seja encaminhado, à Secretária de Estado de Educação, **Pedido de Informação** nos seguintes termos:

Comprometido com os interesses públicos e o desenvolvimento socioeconômico da região, dirijo-me a Vossa Senhoria para solicitar, esclarecimentos formais acerca das práticas pedagógicas, conteúdos abordados e orientações institucionais adotadas na Escola de Educação Básica EEM Paulo Freire, especialmente no que se refere à possível ocorrência de doutrinação político-ideológica no ambiente escolar.

A solicitação fundamenta-se em publicações públicas da instituição em rede social, nas quais se observa:

- A utilização de símbolos de movimentos sociais vinculados à militância político-partidária, como o MST, em ambientes internos da escola;
- A exposição de materiais pedagógicos e de formação docente que, à primeira vista, demonstram direcionamento ideológico;
- Atividades desenvolvidas no âmbito da EJA Campo e outras iniciativas que aparentam estar associadas a temáticas político-sociais específicas, sem a devida contextualização pedagógica plural.

Diante disso, solicito as seguintes informações:

1. Quais são os critérios adotados pela Secretaria de Educação para garantir a neutralidade político-ideológica no ambiente escolar da rede pública estadual?
2. Houve, por parte da Secretaria, autorização ou anuência para o uso de símbolos partidários, bandeiras ou materiais de movimentos sociais dentro do espaço escolar da EEM Paulo Freire?
3. A formação pedagógica ministrada em março de 2025, mencionada nas redes sociais da unidade, contou com conteúdo de cunho político-ideológico? Quais foram os critérios de escolha dos formadores?
4. Há diretrizes específicas da Secretaria sobre a abordagem de temas políticos e sociais nas escolas do campo e na EJA?
5. Foram apresentadas, por pais, alunos ou professores, denúncias ou reclamações relativas à possível prática de doutrinação ou direcionamento ideológico na referida unidade?
6. A participação dos alunos nas referidas atividades foi facultativa ou obrigatória? Houve registro de ausência para estudantes que não participaram?

7. Como foi feita a comunicação aos pais e responsáveis sobre a realização dessas atividades? Eles foram previamente informados e consultados?
8. Quais servidores públicos (professores, diretores, coordenadores) estiveram diretamente envolvidos na organização, condução e execução das referidas atividades?

Sala das Sessões,

Deputado ALEX BRASIL.



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Alexander Brasil
Alves Pereira**, em 11/06/2025, às 16:23.
